

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|---|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 2 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 4 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 8 |
| 5.5 - Alterações significativas | 10 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 11 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 12 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 26 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 33 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 36 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 41 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 44 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 45 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 46 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 50 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2017, revisada em 10 de dezembro de 2018, e pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

<https://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos estratégicos. Monitoramos os principais riscos corporativos das Empresas Randon por meio da área de Gestão de Riscos e Compliance, a partir da gestão de indicadores de riscos que acompanha, de forma tempestiva, qualquer alteração que possa ocasionar impacto às empresas.

O mapa de riscos apresenta a classificação e priorização dos riscos corporativos por meio do cruzamento do impacto e probabilidade do risco avaliado pelas Empresas Randon e sua categoria é definida conforme Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível em <https://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia constam na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico <https://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável pelo gerenciamento de riscos com reporte direto ao Conselho de Administração e indiretamente à Diretoria e Comitê Executivo.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco.

O Comitê Executivo é responsável em realizar uma avaliação contínua da adequação e da eficácia do modelo de gestão de riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de gerenciamento de riscos e comunicação que envolva todos os colaboradores e partes relacionadas com as Empresas Randon.

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna que realiza reuniões periódicas com o Comitê Executivo e tem por objetivo principal, promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos com base nos respectivos riscos inerentes, de acordo com o plano anual de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que também aborda riscos de mercado aprovada em 12 de maio de 2017 pelo Conselho de Administração, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico <https://ri.random.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Estabelecer as diretrizes, estratégias e responsabilidades na Gestão de Riscos das Empresas Randon, assim como a conceituação, identificação e análise dos riscos que possam afetar as empresas, estabelecendo controles, monitoramento, tratamento, bem quanto aos respectivos documentos de suporte.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos de taxa de câmbio, taxa de juros, riscos de crédito e riscos relacionados a fatores macroeconômicos conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

- Non Deliverable Forward (NDF);
- Zero-cost collar;
- SWAP de Moeda e Juros;
- Financiamentos em moeda estrangeira (ACC/ACE/NCE/PPE/outros).

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de Taxas de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ e CDI.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentou valorização de 4,02% frente ao REAL (17,13% de valorização em 31 de dezembro de 2018 e 1,50% de valorização em 31 de dezembro de 2017 frente ao REAL). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de "Financiamento" visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* é a responsável pelo gerenciamento de riscos com reporte direto ao Conselho de Administração e indiretamente à Diretoria e Comitê Executivo.

A nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco.

O Comitê Executivo é responsável em realizar uma avaliação contínua da adequação e da eficácia do modelo de gestão de riscos.

A área da Finanças Corporativas estabelece procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de liquidez e de mercado/governamentais, verifica e monitora regularmente a posição de liquidez da instituição, estabelece procedimentos e parâmetros para gerenciar o risco de crédito a que as Empresas Randon estão sujeitas, verifica regularmente a posição da carteira de crédito das empresas fornecendo as áreas afins as informações necessárias para a condução dos seus negócios e verifica periodicamente as estratégias, políticas e procedimentos da gestão de crédito das Empresas Randon.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* supervisiona o gerenciamento dos riscos corporativos, contribuindo em atividades de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das Empresas Randon.

A área de Finanças Corporativas gerencia o risco de mercado garantindo e monitorando o cumprimento da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Os controles internos existentes na Companhia visam garantir de forma razoável, em aspectos relevantes, a confiabilidade de todos os processos buscando a conformidade e a minimização dos riscos do negócio. Constantemente, há a adequação dos controles internos a fim de acompanhar as mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes. Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o ERP SAP, o qual é mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo, e constantemente vem aprimorando a automatização dos processos com foco em eficiência e segurança dos processos.

De forma complementar às estruturas de controles internos, a Auditoria Interna Corporativa de forma independente provém a cobertura de avaliação dos controles internos relevantes da organização, reportando as recomendações de melhorias necessárias aos processos, e a área de Gestão de Riscos Corporativa mapeia, em conjunto com a gestão do negócio, os controles chaves dos riscos corporativos das Empresas Randon.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Dentro da estrutura de governança da companhia a Diretoria, a qual é composta pelos diretores estatutários, dentre outras atribuições respondem pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria e o Centro Serviço Compartilhado, onde se concentram de forma corporativa, dentre outros serviços, a contabilidade das Empresas Randon, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

A Auditoria Interna Corporativa provém a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, levando em consideração os objetivos estratégicos da companhia, avaliando a eficácia dos controles internos frente aos riscos. E a área de Gestão de Riscos Corporativa, fomenta a cultura de gestão de riscos, apoiando o negócio no mapeamento dos riscos da companhia e nas respostas para tratamento desses riscos através dos controles chaves.

A companhia também conta com um conselho fiscal que examina e recomenda a aprovação das demonstrações financeiras.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de follow-up e de acompanhamento de indicadores de conformidade. Sendo que as fragilidades identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa que demonstrem vulnerabilidades e que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente, para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do IPPF - *International Professional Practices Framework* – emitido pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Adicionalmente, a Auditoria Interna Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações e comentários emitidos pela auditoria externa.

A área de Gestão de Riscos Corporativa monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da companhia e demais gestores envolvidos no processo, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre os controles internos.

Os resultados desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., foram comunicadas à Companhia como sugestões de aprimoramento dos controles internos que têm por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e os procedimentos contábeis.

Os auditores independentes verificaram e recomendaram, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os seguintes aspectos relacionados ao ambiente de controles internos em conexão com as Demonstrações Financeiras, e a Administração apresenta os seus comentários a cada uma das recomendações:

1. Ausência de procedimento formal de alteração em rotinas críticas

Durante o nosso entendimento do ambiente de TI da Companhia identificamos que a criação e solicitação de modificação/cancelamento de jobs – rotinas críticas, é centralizada no profissional responsável pela infraestrutura de TI das Empresas Randon, que possui as autorizações necessárias para a manutenção destas rotinas. No entanto, observamos que não há formalização deste procedimento, incluindo quais são os profissionais autorizados a criar, modificar e cancelar rotinas críticas no sistema ERP.

Adicionalmente, identificamos que todos os usuários com acesso à transação SM37 – criação e modificação de jobs – possuem autorização sistêmica para modificações em rotinas críticas, ainda que não sejam os responsáveis pela infraestrutura de TI das Empresas Randon.

Por fim, em nossos procedimentos de entendimento do processo, não identificamos controles detectivos de revisão de modificações em rotinas críticas que analisem se as possíveis modificações realizadas possuem as adequadas aprovações e foram realizados pelos profissionais com acessos adequados.

Considerando que as rotinas críticas envolvem processos relevantes da Companhia, entre elas provisões contábeis, extração de relatórios, movimentações financeiras, bem como outros processos significativos, entendemos que a formalização adequada da política e a revisão periódica das modificações efetuadas mitigam o risco de falhas em rotinas críticas e, consequentemente, na operação das Empresas Randon.

Portanto, recomendamos que sejam formalizados os procedimentos de alteração e manutenção das rotinas críticas realizadas no ERP, a revisão dos acessos de profissionais às transações de modificação, bem como revisão periódica das manutenções e modificações efetuadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentários da Administração

A companhia formalizará os procedimentos de alteração e manutenção das rotinas críticas realizadas no ERP, de revisão dos acessos de profissionais às transações de modificação, bem como de revisão periódica das manutenções e modificações efetuadas.

Prazo: 31/10/2020

2. Processo de validação de acessos de funcionários transferidos entre áreas

Durante os procedimentos de análise do ambiente de TI, constatamos que, no processo de transferência de funcionários entre setores da Companhia, o gestor do setor de origem da transferência indica se os perfis de acesso ao sistema SAP devem ser mantidos ou revogados. Constatamos que esse processo não passa por alçadas de aprovação, a fim de avaliar a adequação dos acessos anteriores em relação às novas atribuições do profissional transferido. Adicionalmente, não identificamos, em nossos procedimentos, processo rotineiro de revisão se todos as solicitações de transferências, as quais são realizadas de forma manual, efetivamente foram realizadas no sistema SAP.

Acessos não autorizados às informações críticas e confidenciais da Companhia, responsabilidades de acesso acumuladas e conflitantes quanto à correta segregação de funções possibilitam a perda de integridade dos dados, prejuízos financeiros e à imagem da empresa.

Recomendamos à Companhia que seja implantado um controle de revisão (preferencialmente sistêmico) para quando o profissional é transferido de cargo ou área, afim de os acessos do profissional transferido estejam aderentes às suas funções e que sejam removidos acessos não mais pertinentes às funções novas atribuídas.

Comentários da Administração

A companhia implementará controle sistêmico de revisão de acessos dos funcionários transferidos entre as Empresas Randon, a fim de remover as transações indevidas na nova função.

Este controle será feito por meio do nosso sistema de IAM (*Identity and Access Management*), o qual já é utilizado para a liberação de acessos no sistema SAP.

Prazo: 31/10/2020

3. Processos relacionados ao controle de acessos ao sistema SAP

Durante o processo de entendimento dos controles de acesso, observamos que a Companhia não possui uma matriz formalizada que relacione funções a acessos necessários para os profissionais, além de não observarmos um processo formalizado de revisão periódica de acessos de usuários ativos.

O risco associado a essa questão reside no fato de que acessos podem ser utilizados de forma indevida e desta forma possibilitar acessos não autorizados às informações críticas e confidenciais da Companhia, com possibilidade de perda de integridade dos dados, prejuízos financeiros e à imagem da Companhia.

Recomendamos que a Companhia implemente um processo de revisão periódica dos acessos concedidos e modificações nos perfis de usuários ativos. Ainda, recomendamos a avaliação para implementação de uma matriz formalizada de atribuições e respectivos acessos, de forma a garantir

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

que cada usuário tenha os acessos adequados em seu perfil de acordo com as suas atribuições na Companhia.

Comentários da Administração

A companhia implementará um processo de revisão anual dos acessos (considerando como base a data do aniversário de empresa de cada funcionário), por meio do nosso sistema de IAM (*Identity and Access Management*) o qual já é utilizado para a liberação de acessos no sistema SAP.

A implementação de uma matriz formalizada de atribuições e respectivos acessos não será possível nesse momento pelo fato de haver diversas funções/cargos entre as Empresas Randon com suas particularidades nas unidades.

Prazo: 31/10/2020

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

O Programa de Integridade das Empresas Randon (ID Randon), representa a continuidade no processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios.

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Formalizamos nossas práticas no Código de Conduta Ética que aborda temas como privacidade de dados pessoais, conflito de interesse, transparência, sigilo e confidencialidade, relacionamento com fornecedores e combate à corrupção.

Também temos Políticas Corporativas com direcionadores de conduta e procedimentos para temas específicos. No combate a atos ilícitos praticados contra a administração pública a nossa Política Anticorrupção fortalece os padrões éticos e morais estabelecidos em seu Código de Conduta Ética – disponível em <https://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>.

Com melhor prática, o nosso processo de *Due Diligence* envolve a análise da integridade de terceiros com o propósito de identificar fatos ou indícios de desconformidade com a ética e os valores das Empresas Randon, com foco no combate à corrupção. A gestão e operação do nosso portal de *Due Diligence* são realizadas por uma empresa independente e especializada, e supervisionado pela área de Gestão de Riscos e Compliance.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A Companhia estabeleceu um Programa de Integridade composto pelos seguintes mecanismos: Código de Conduta Ética e Canal de Ética disponíveis para público interno e externo, Políticas Corporativas, *Due Diligence de Compliance*, monitoramento e treinamentos.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* é a responsável pela execução e monitoramento do Programa de Integridade, com reporte ao Comitê de Ética, à Diretoria e ao Conselho de Administração. O Comitê de Ética, é um organismo não estatutário, composto por Diretores, estatutários e não estatutários, e pelo coordenador da Área de Riscos e *Compliance*. Referido comitê é responsável em dar suporte e supervisionar a execução do Programa de Integridade.

A Presidência da Diretoria das Empresas Randon, busca garantir o comprometimento da alta administração com o Programa de Integridade.

(iii) código de ética ou de conduta

Aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2016, o Código de Conduta Ética pode ser acessado no endereço <https://www.randon.com.br/pt/quem-somos#governanca-corporativa>.

O Código de Conduta Ética apresenta orientações sobre questões comportamentais envolvendo todas as partes interessadas da Companhia. Aborda temas como privacidade de dados pessoais, conflito de interesse, transparência, sigilo e confidencialidade, relacionamento com fornecedores e combate à corrupção.

Através do Programa de Integridade (ID Randon) são realizados os treinamentos a todos os colaboradores das Empresas Randon. Durante o ano de 2019, as campanhas e os treinamentos foram realizados com encontros mensais em formato de *workshops* e no formato *e-learning* através de uma plataforma de ensino.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(b) canal de denúncia

Para os casos de suspeita de violação do nosso Código de Conduta Ética e/ou de desconformidade com a legislação dos países onde operamos e com as Políticas Corporativas, orientamos o registro da ocorrência no Canal de Ética, disponível para o público interno e externo.

As ocorrências recebidas são pré-analisadas por uma empresa independente e especializada, com recomendações e encaminhamento para a área de Gestão de Riscos e Compliance das Empresas Randon. O processo é realizado com confidencialidade e com garantia ao anonimato.

O Canal de Ética pode ser acessado por telefone e *site*:

0800 777 0768 | www.canaldeetica.com.br/empresasrandon

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* e também disponibiliza o e-mail compliance@empresasrandon.com.br para dúvidas e sugestões sobre o Código de Conduta Ética.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além dos procedimentos já elencados neste Formulário de Referência, a Companhia adota procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares.

Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna especializada responsável pela condução destes processos, seguindo determinadas práticas de diligência, dentre as quais cabe citar:

- ✓ a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários, dentre as quatro empresas de auditoria mais relevantes do setor – *Big Four*;
- ✓ a contratação de escritórios de advocacia conceituados, para a realização de ampla auditoria jurídica, abrangendo, inclusive aspectos relativos a processos/programas de integridade;
- ✓ a submissão prévia de todas as aquisições à avaliação da Diretoria da Companhia; e
- ✓ a submissão prévia de todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias ao Conselho de Administração e, quando for o caso, da assembleia geral de acionistas.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes a respeito de gerenciamento de riscos e controles internos foram informadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas no item 10 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* ("IASB") e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.randon.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente à sua estratégia de crescimento e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo, conforme informações apresentadas a seguir:

Exercício de 2019

O resultado financeiro líquido consolidado da Companhia (receitas menos despesas) passou de R\$ 118,3 milhões negativos em 2018 para R\$ 101,3 negativos em 2019. A Companhia apresentou queda de 5,5% das receitas financeiras no exercício, passando de R\$ 333,7 milhões em 2018 para R\$ 315,4 milhões em 2019. Já as despesas financeiras apresentaram redução de 3,7% passando de R\$ 460,2 milhões para R\$ 442,9 milhões. Além disso, cabe ressaltar que em 2019, houve dois fatores extraordinários que impactaram o resultado financeiro: a adoção do IFRS 16, que adicionou despesas financeiras de R\$ 8,4 milhões e que passam a compor o resultado a partir deste ano, e o ajuste da correção monetária sobre a mais valia de intangível e ágio dos ativos das controladas situadas na Argentina, de R\$ 26,2 milhões.

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 867,8 milhões no encerramento de 2019, equivalente a um múltiplo de 1,26 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. Ao final de 2018, este endividamento era de R\$ 1,1 bilhão e representava múltiplo de 1,97 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Com melhores condições de mercado e volumes, a Companhia registrou expansão do EBITDA em 2019, que passou de R\$ 559,8 milhões em 2018 para R\$ 690,7 milhões em 2019. Mesmo com o aumento da atividade, a Companhia reduziu sua NCG (Necessidade de Capital de Giro) em R\$ 178,7 milhões, o que juntamente com a geração de caixa bruta, foi fundamental para a redução da dívida líquida, que fechou o ano em R\$ 867,9 milhões, múltiplo de 1,26x EBITDA dos últimos 12 meses.

Excluindo-se os indicadores da atividade do Banco Randon, o endividamento líquido da Companhia encerrou 2019 em R\$ 535,5 milhões, com geração de caixa livre positiva de R\$ 289,4 milhões, em função dos pontos mencionados no parágrafo anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores entendem que os níveis do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2019. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 2,5.

Exercício de 2018

O resultado financeiro líquido consolidado da Companhia (receitas menos despesas) passou de R\$ 37,0 milhões negativos em 2017, para R\$ 118,3 milhões negativos em 2018. A Companhia apresentou crescimento de 27,2% das receitas financeiras no exercício, passando de R\$ 262,3 milhões em 2017 para R\$ 333,7 milhões em 2018. Já as despesas financeiras cresceram 53,8%, passando de R\$ 299,3 milhões para R\$ 460,2 milhões. Além disso, cabe ressaltar que em 2018, o resultado financeiro foi impactado também pelos ajustes de correção monetária das operações da Companhia na Argentina, no montante de R\$ 8,2 milhões.

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) foi de R\$ 1,1 bilhão no encerramento de 2018, equivalente a um múltiplo de 1,97 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No encerramento de 2017 este endividamento era de R\$ 553,3 milhões e representava múltiplo de 1,79 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Com melhores condições de mercado e volumes, a Companhia registrou expansão do EBITDA em 2018, que passou de R\$ 308,2 milhões em 2017 para R\$ 559,8 milhões em 2018. No entanto, o aumento da atividade também exigiu maior necessidade de capital de giro – aumento de R\$ 296,4 milhões no período - sendo o principal fator para o aumento da dívida líquida no ano. Além disso, a Companhia também realizou investimentos em aquisições de controladas no montante de R\$ 197,6 milhões, o que também contribuiu para o aumento não só na dívida líquida, como também da alavancagem financeira da Companhia.

Excluindo-se os indicadores da atividade do Banco Randon, o endividamento líquido da Companhia encerrou 2018 em R\$ 824,9 milhões, com geração de caixa livre negativa de R\$ 473,0 milhões, em função dos pontos mencionados no parágrafo anterior.

Os diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2018. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 2,3.

Exercício de 2017

O resultado financeiro líquido consolidado da Companhia (receitas menos despesas), passou de R\$ 20,3 milhões negativos em 2016, para R\$ 37,0 milhões negativos em 2017. Apesar de a empresa ter reduzido suas despesas financeiras em 20,5% no exercício, também houve redução das receitas financeiras, principalmente aquelas relacionadas a juros sobre rendimento de aplicações e variação cambial, o que acabou refletindo no resultado apurado e informado mais acima.

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades) atingiu R\$ 553,3 milhões no encerramento de 2017, equivalente a um múltiplo de 1,79 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2016, este endividamento era de R\$ 613,5 milhões, equivalente a um múltiplo de 4,3 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A redução da alavancagem financeira permaneceu como um dos objetivos da Companhia em 2017. O controle de gastos, despesas, investimentos, e da NCG (Necessidade de Capital de Giro) foram fundamentais nesse sentido, além da recuperação do EBITDA, que em 2017 foi R\$ 165,7 milhões maior que o ano anterior. Todos estes eventos fizeram com que o endividamento líquido consolidado (sem Banco Randon) encerrasse o final do ano em R\$ 351,9 milhões, com Geração de Caixa livre positiva em 33,7 milhões.

Além disso, os diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2017. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 2,0.

b) Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Estrutura de Capital da Companhia está evidenciada nas tabelas a seguir:

| | Capital Próprio | Capital de Terceiros |
|-------------------------------|-----------------|----------------------|
| 31 de dezembro de 2019 | 34,4% | 65,6% |
| 31 de dezembro de 2018 | 35,0% | 65,0% |
| 31 de dezembro de 2017 | 38,4% | 61,6% |

| | Em 31 de dezembro de | | |
|--|----------------------|-------------------|-------------------|
| | 2019 (em R\$ mil) | 2018 (em R\$ mil) | 2017 (em R\$ mil) |
| Capital Próprio | | | |
| Capital Social | 1,293,170 | 1,293,170 | 1,293,170 |
| Reserva de Capital | -7,171 | -7,171 | -7,171 |
| Aquisição Investimento Controlada | -190,350 | -190,350 | -190,350 |
| Reservas de Lucros | 555,792 | 405,867 | 299,601 |
| Outros resultados abrangentes | 41,103 | 25,796 | 36,994 |
| Resultados acumulados | 0 | 0 | 0 |
| Participação de acionistas não controladores | 483,418 | 517,649 | 475,816 |
| Patrimônio Líquido | 2,175,962 | 2,044,961 | 1,908,059 |
| Capital de Terceiros | | | |
| Passivo Circulante | 1,507,680 | 1,587,915 | 1,587,906 |
| Passivo Não Circulante | 2,644,472 | 2,205,268 | 1,474,716 |
| Total do Passivo | 4,152,152 | 3,793,183 | 3,062,622 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 6,328,114 | 5,838,143 | 4,970,681 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Randon tem apresentado ao longo dos anos capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, como atestam seus índices de liquidez corrente e de endividamento. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

| CONSOLIDADO | Em 31 de dezembro de | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-------------|-------------|
| Índices Financeiros | 2019 | 2018 | 2017 |
| Índice de Liquidez Corrente | 2,5 | 2,3 | 2,0 |
| Índice de Endividamento | 1,26 | 1,97 | 1,79 |

A Companhia possui capacidade financeira e linhas de crédito para renovar suas dívidas alongando os prazos de pagamento se necessário. As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o IFC, FINEP, BNDES e Debêntures, dentre outros.

A seguir, tabelas demonstrando a composição da dívida bruta nos últimos três exercícios:

| | 2019 | 2018 | 2017 |
|---------------------|------------------|------------------|------------------|
| Modalidade | Total R\$ | Total R\$ | Total R\$ |
| ACC | 51.588 | 56.507 | 90.823 |
| BNDES | 9.341 | 37.128 | 63.479 |
| Debêntures | 1.544.509 | 1.409.049 | 1.011.710 |
| Dívida Banco Randon | 222.825 | 154.736 | 96.882 |
| EXIM | - | - | - |
| FINAME | - | - | 110.129 |
| FINEP | 31.841 | 43.845 | 59.154 |
| FINIMP | 16.918 | 4.857 | - |
| FRN 4131 | - | 27.872 | 112.663 |
| FUNDOPEM | 51.131 | 62.109 | 71.317 |
| IFC | - | - | - |
| Leasing | 3.450 | 1.136 | 588 |
| NCE | 205.481 | 189.366 | 334.710 |
| Outros | 88.768 | 98.846 | 26.774 |
| Resolução 2770 | 56.006 | 161.773 | 229.428 |
| Nota Promissória | 365.066 | 366.880 | - |
| PPE | 219.737 | 224.691 | - |
| | 2,866,659 | 2.838.795 | 2.207.658 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito considerando os bons índices de avaliação junto às instituições financeiras e o bom relacionamento com estas.

As modalidades de financiamento serão captadas considerando as melhores taxas de juros e as condições de mercado do período em questão.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões) – 2019/2018

| | Indexador | Juros | Vencimento final do contrato | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
|-------------------------------|------------------------------------|----------------------|------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Circulante | | | | | | | |
| Moeda nacional: | | | | | | | |
| Debêntures | Taxa CDI | 114,5% a 116,0% a.a. | 10/04/2026 | 225.684 | 273.643 | 225.684 | 273.643 |
| FINAME | Taxa Fixa | 0% a 20,46% a.a. | 01/12/2022 | - | - | 66.587 | 57.204 |
| Notas promissórias | Taxa CDI | 114,00% a.a. | 29/04/2023 | 64.066 | 40.880 | 64.066 | 40.880 |
| Financiamentos | Taxa CDI/Taxa Fixa | 1,2% a 118,5% a.a. | 21/08/2024 | 1.347 | 176.606 | 14.645 | 176.647 |
| Fundopem | IPCA | 3,0% a.a. | 21/05/2027 | 3.809 | 3.733 | 14.143 | 13.967 |
| FINEP | TJLP/ Taxa Fixa | 3,5% a 5,00% a.a. | 15/12/2025 | 2.246 | 2.249 | 8.891 | 12.053 |
| BNDES | TJLP | 0% a 3,8% a.a. | 15/01/2023 | 4.400 | 11.790 | 4.400 | 18.414 |
| BNDES | Taxa Fixa | 2,5% a 3,0% a.a. | 15/01/2023 | 219 | 471 | 219 | 1.022 |
| Leasing | Taxa Fixa | 13,10% a 13,38% a.a. | 31/07/2022 | 315 | 279 | 315 | 279 |
| Vendor | Selic | 3% a.a. | 30/01/2020 | 430 | 364 | - | - |
| Moeda estrangeira: | | | | | | | |
| Financiamento | Taxa Fixa/Variação Cambial/Libor | 2,75% a 9,75% a.a. | 31/01/2037 | 37.339 | 72.630 | 72.512 | 134.878 |
| ACC | Variação Cambial/ Taxa Fixa | 3,64% a 3,66% a.a. | 14/05/2020 | 12.363 | 7.909 | 51.588 | 56.507 |
| Financiamentos | Taxa fixa + Variação Cambial/Libor | 2,80% a 6,03% a.a. | 17/07/2025 | 282 | 29.177 | 38.747 | 53.382 |
| FINIMP | Taxa Fixa | 2,24% a 5,77% a.a. | 26/04/2021 | 4.190 | 12 | 4.602 | 408 |
| BNDES | UMBNDDES/Variação Cambial | 1,97% a 2,80% a.a. | 15/01/2023 | 2.558 | 5.794 | 2.796 | 8.537 |
| Leasing | Taxa Fixa | 73,37% a.a. | 17/05/2021 | - | - | 2.561 | - |
| Empréstimo de capital de giro | Badlar | 4,00% a.a. | 01/08/2019 | - | - | - | 954 |
| | | | | 359.248 | 625.537 | 571.756 | 848.775 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Moeda nacional: | | | | | | | |
| Debêntures | Taxa CDI | 114,5% a 116,0% a.a. | 10/04/2026 | 1.318.825 | 1.119.922 | 1.318.825 | 1.119.922 |
| Notas promissórias | Taxa CDI | 114,00% a.a. | 29/04/2023 | 301.000 | 326.000 | 301.000 | 326.000 |
| Financiamentos | Taxa CDI/Taxa Fixa | 1,2% a 118,5% a.a. | 21/08/2024 | 20.000 | - | 181.753 | 3.000 |
| FINAME | Taxa Fixa | 0% a 20,46% a.a. | 01/12/2022 | - | - | 155.124 | 101.997 |
| Fundopem | IPCA | 3,0% a.a. | 21/05/2027 | 8.574 | 11.902 | 36.988 | 48.142 |
| FINEP | TJLP/ Taxa Fixa | 3,5% a 5,00% a.a. | 15/12/2025 | 5.956 | 8.189 | 22.950 | 31.792 |
| BNDES | TJLP | 0% a 3,8% a.a. | 15/01/2023 | 809 | 5.177 | 809 | 5.177 |
| BNDES | Taxa Fixa | 2,5% a 3,0% a.a. | 15/01/2023 | 194 | 413 | 194 | 413 |
| Leasing | Taxa Fixa | 13,10% a 13,38% a.a. | 31/07/2022 | 545 | 857 | 545 | 857 |
| Moeda estrangeira: | | | | | | | |
| Financiamentos | Taxa fixa + Variação Cambial/Libor | 2,80% a 6,03% a.a. | 17/07/2025 | 100.767 | 96.871 | 211.727 | 224.506 |
| Financiamento | Taxa Fixa/Variação Cambial/Libor | 2,75% a 9,75% a.a. | 31/01/2037 | - | 35.225 | 51.720 | 104.716 |
| FINIMP | Taxa Fixa | 2,24% a 5,77% a.a. | 26/04/2021 | 12.316 | 4.052 | 12.316 | 4.449 |
| BNDES | UMBNDDES/Variação Cambial | 1,97% a 2,80% a.a. | 15/01/2023 | 923 | 3.337 | 923 | 3.565 |
| Leasing | Taxa Fixa | 73,37% a.a. | 17/05/2021 | - | - | 29 | - |
| | | | | 1.769.909 | 1.611.945 | 2.294.903 | 1.974.536 |
| Total de empréstimos | | | | 2.129.157 | 2.237.482 | 2.866.659 | 2.823.311 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões) – 2018/2017**

| | | | | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | | Vencimento final do contrato | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Circulante | Indexador | Juros | | | | | |
| Moeda nacional: | | | | | | | |
| FINAME | Taxa Fixa | 0% a 20,46% a.a. | 01/12/2022 | - | 110.129 | 57.204 | 165.210 |
| FINEP | TJLP/ Taxa Fixa | 3,5% a 5,00% a.a. | 15/12/2023 | 2.249 | 5.558 | 12.053 | 15.377 |
| Financiamentos | CDI | 1,2% a 125,79% a.a. | 30/09/2021 | 176.606 | 101.430 | 176.647 | 161.776 |
| Fundopem | IPCA | 3,0% a.a. | 21/05/2027 | 3.733 | 3.632 | 13.967 | 12.565 |
| BNDES | TJLP | 0% a 7,0% a.a. | 15/01/2023 | 11.790 | 11.759 | 18.414 | 20.280 |
| BNDES | Taxa Fixa | 2,5% a 3,0% a.a. | 15/01/2023 | 471 | 471 | 1.022 | 471 |
| | | 114,5% a | | | | | |
| Debêntures | Taxa CDI | 123,4% a.a. | 03/07/2023 | 279.049 | 161.710 | 279.049 | 161.710 |
| Notas promissórias | Taxa CDI | 114,00% | 29/04/2023 | 40.880 | - | 40.880 | - |
| Leasing | Taxa Fixa | 13,10% a 13,38% a.a. | 31/07/2022 | 279 | 588 | 279 | 588 |
| Vendor | SELIC | 3% a.a. | 30/01/2019 | 364 | 312 | - | - |
| Moeda estrangeira: | | | | | | | |
| FINIMP | Taxa fixa | 2,24% a 5,77% a.a. | 04/11/2020 | 12 | - | 408 | - |
| | Varição cambial/ | | | | | | |
| ACC | Taxa Fixa | 3,10% a 3,89% a.a. | 11/11/2019 | 7.909 | 23.357 | 56.507 | 90.823 |
| | Taxa Fixa/Varição | | | | | | |
| Financiamento | cambial/Libor | 2,35% a 8,60% a.a. | 31/01/2037 | 72.630 | 62.734 | 134.878 | 106.973 |
| | Taxa Fixa/ Varição | | | | | | |
| Financiamento | cambial | 20,6% a 31,0% | 01/01/2019 | - | - | - | 2.294 |
| Empréstimo de capital de giro | Badlar | 4,00% a.a. | 01/08/2019 | - | - | 954 | 3.184 |
| Empréstimo de capital de giro | Taxa Fixa | 4,0% a.a. | 01/12/2018 | - | - | - | 506 |
| | UMBNDDES/Varição | | | | | | |
| BNDES | cambial | 1,97% a 2,80% a.a. | 15/01/2023 | 5.794 | 4.963 | 8.537 | 7.633 |
| | Taxa fixa + variação | | | | | | |
| Financiamentos | cambial/Libor | 2,50% a 7,86% a.a. | 17/07/2025 | 29.177 | 89.300 | 53.382 | 89.300 |
| | | | | 630.943 | 575.943 | 854.181 | 838.690 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Moeda nacional: | | | | | | | |
| FINAME | Taxa Fixa | 0% a 20,46% a.a. | 01/12/2022 | - | - | 101.997 | 41.802 |
| FINEP | TJLP/ Taxa Fixa | 3,5% a 5,00% a.a. | 15/12/2023 | 8.189 | 10.422 | 31.792 | 43.777 |
| Financiamentos | CDI | 118,50% a.a. | 30/09/2021 | - | 173.000 | 3.000 | 173.000 |
| Fundopem | IPCA | 3,0% a.a. | 21/05/2027 | 11.902 | 14.891 | 48.142 | 58.752 |
| BNDES | TJLP | 0% a 3,80% a.a. | 15/01/2023 | 5.177 | 17.683 | 5.177 | 24.791 |
| BNDES | Taxa Fixa | 2,5% a 3,00% a.a. | 15/01/2023 | 413 | - | 413 | - |
| Debêntures | Taxa CDI | 114,5% a 123,4% a.a. | 03/07/2023 | 1.130.000 | 850.000 | 1.130.000 | 850.000 |
| Notas promissórias | Taxa CDI | 114,00% | 29/04/2023 | 326.000 | - | 326.000 | - |
| Leasing | Taxa Fixa | 13,10% a 13,38% a.a. | 31/07/2022 | 857 | - | 857 | - |
| Moeda estrangeira: | | | | | | | |
| FINIMP | Taxa fixa | 2,24% a 5,77% a.a. | 04/11/2020 | 4.052 | - | 4.449 | - |
| | Libor/ Varição | | | | | | |
| Financiamento | cambial/ Taxa Fixa | 2,35% a 8,60% a.a. | 31/01/2037 | 35.225 | 90.218 | 104.716 | 141.590 |
| Empréstimo de capital de giro | Badlar | 4,00% a.a. | 01/08/2019 | - | - | - | 1.589 |
| | UMBNDDES/Varição | | | | | | |
| BNDES | cambial | 1,97% a 2,80 % a.a. | 15/01/2023 | 3.337 | 7.775 | 3.565 | 10.304 |
| | Taxa fixa + variação | | | | | | |
| Financiamentos | cambial/Libor | 2,80% a 6,03% a.a. | 17/07/2025 | 96.871 | 23.363 | 224.506 | 23.363 |
| | | | | 1.622.023 | 1.187.352 | 1.984.614 | 1.368.968 |
| | | | | 2.252.966 | 1.763.295 | 2.838.795 | 2.207.658 |
| Total de empréstimos | | | | | | | |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões) – 2017/2016**

| | | | | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Indexador | Juros | Vencimento final do contrato | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Circulante | | | | | | | |
| Moeda nacional: | | | | | | | |
| FINIMP | Libor | 3,05% a.a. | 29/08/2017 | - | - | - | 353 |
| FINAME | TJLP | 3,00% a 3,1% a.a. | 15/08/2018 | 110.129 | 57.904 | 110.129 | 57.904 |
| FINEP | TJLP/ Taxa Fixa | 3,5% a 5,25% a.a. | 15/12/2023 | 5.558 | 16.610 | 15.377 | 26.446 |
| Financiamentos | CDI/TJLP/ Taxa Fixa | 1,2% a 11,0% a.a. | 20/04/2019 | 101.430 | 132.045 | 161.776 | 133.748 |
| Fundopem | IPCA | 3,0% a.a. | 21/05/2027 | 3.632 | 3.595 | 12.565 | 10.493 |
| BNDES | TJLP | 1,97% a 5,0% a.a. 2,5% a.a. a 3,0% | 15/01/2023 | 11.759 | 17.296 | 20.280 | 33.566 |
| BNDES | Taxa Fixa | a.a. | 15/01/2023 | 471 | 50.795 | 471 | 101.590 |
| Debêntures | Taxa CDI | 1,15% a 3,0% a.a. | 14/11/2022 | 161.710 | 15.806 | 161.710 | 15.806 |
| Leasing | CDI-OVER | 3,70% a.a. | 30/03/2018 | 588 | 2.413 | 588 | 3.008 |
| Captação no mercado aberto | Taxa Fixa | 0% a 20,46% a.a. | 01/12/2022 | - | - | 50.439 | 83.516 |
| Captação no mercado aberto | TJLP/ SELIC | 7,9% a 11,0% a.a. | 01/12/2022 | - | - | 4.642 | 781 |
| Vendor | SELIC | 3% a.a. | 21/01/2019 | 312 | 485 | - | - |
| | Varição cambial/ Taxa Fixa | | | | | | |
| ACC | Fixa | 3,22% a 4,6% a.a. | 23/11/2018 | 23.357 | 19.779 | 90.823 | 67.421 |
| Moeda estrangeira: | | | | | | | |
| | Varição cambial + | | | | | | |
| Financiamento | Libor | 4,00% a 4,50% a.a. | 01/12/2032 | 62.734 | 76.268 | 106.973 | 124.297 |
| Financiamento | Taxa Fixa | 20,6% a.a. | 01/11/2018 | - | - | 2.294 | 431 |
| Empréstimo de capital de giro | Badlar | 4,00% a 4,50% a.a. | 01/08/2019 | - | - | 3.184 | 3.501 |
| Empréstimo de capital de giro | Taxa Fixa | 4,0% a.a. | 01/12/2018 | - | - | 506 | - |
| | UMBNDDES/Varição cambial | | | | | | |
| BNDES | cambial | 1,97% a 2,80% a.a. | 15/01/2023 | 4.963 | 6.082 | 7.633 | 12.197 |
| | Taxa fixa + variação cambial/Libor | | | | | | |
| Financiamentos | | 2,50% a 4,5% a.a. | 07/08/2019 | 89.300 | 102.419 | 89.300 | 102.417 |
| | | | | 575.943 | 501.497 | 838.690 | 777.475 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Moeda nacional: | | | | | | | |
| FINEP | TJLP/ Taxa Fixa | 3,5% a 5,25% a.a. | 15/12/2023 | 10.422 | 15.953 | 43.777 | 59.060 |
| Financiamentos | CDI | 1,2% a 1,26% a.a. | 20/04/2019 | 173.000 | 269.000 | 173.000 | 329.065 |
| Fundopem | IPCA | 3,0% a.a. | 21/05/2027 | 14.891 | 17.905 | 58.752 | 68.046 |
| BNDES | TJLP/ Taxa Fixa | 1,97% a 5,00% a.a. | 15/01/2023 | 17.683 | 29.510 | 24.791 | 44.932 |
| Debêntures | Taxa CDI | 1,15% a 3,00% a.a. | 14/11/2022 | 850.000 | 700.000 | 850.000 | 700.000 |
| Leasing | CDI-OVER | 3,70% a.a. | 30/03/2018 | - | 582 | - | 582 |
| Captação no mercado aberto | Taxa Fixa | 0% a 20,46% a.a. | 01/12/2022 | - | - | 27.959 | 80.223 |
| Captação no mercado aberto | TJLP/ SELIC | 7,9% a 11,0% a.a. | 01/12/2022 | - | - | 13.843 | 182 |
| Moeda estrangeira: | | | | | | | |
| | Varição cambial + | | | | | | |
| Financiamento | Libor | 4,00% a 4,50% a.a. | 01/12/2032 | 90.218 | 148.141 | 141.590 | 234.063 |
| Financiamento | Taxa Fixa | 20,6% a.a. | 01/11/2018 | - | - | - | 2.686 |
| Empréstimo de capital de giro | Badlar | 4,00% a 4,50% a.a. | 01/08/2019 | - | - | 1.589 | 5.726 |
| | UMBNDDES/Varição cambial | | | | | | |
| BNDES | cambial | 1,97% a 2,80 % a.a. | 15/01/2023 | 7.775 | 12.514 | 10.304 | 17.622 |
| | Taxa fixa + variação cambial/Libor | | | | | | |
| Financiamentos | | 2,50% a 4,5% a.a. | 07/08/2019 | 23.363 | 109.656 | 23.363 | 109.656 |
| | | | | 1.187.352 | 1.303.261 | 1.368.968 | 1.651.843 |
| Total de empréstimos sujeitos a juros | | | | 1.763.295 | 1.804.758 | 2.207.658 | 2.429.318 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Exercício de 2019

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 62.305 (R\$ 264.566 em 31 de dezembro de 2018), não há notas promissórias e cartas fiança.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$1.907.796 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo tendidos pela Companhia.

A seguir a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,0 vezes - R\$ 23.319;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,5 vezes - R\$ 1.581.258;
- Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) maior ou igual à 0,30 - R\$ 37.127;

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 0,79 vezes o EBITDA dos últimos doze meses e o índice Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) foi de 0,34, portanto ambos os índices ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos covenants no período.

Exercício de 2018

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 264.566 (R\$ 386.040 em 31 de dezembro de 2017), não há notas promissórias e cartas fiança.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos no valor de R\$ 1.641.704 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

A seguir a descrição dos mesmos:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,0 vezes - R\$ 23.319;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,5 vezes - R\$ 1.581.258;
- Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) maior ou igual à 0,30 - R\$ 37.127;

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 1,51 vezes o EBITDA dos últimos doze meses e o índice Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) foi de 0,35, portanto ambos os índices ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos covenants no período.

Exercício de 2017

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 386.040 (R\$ 436.284 em 31 de dezembro de 2016), não há notas promissórias e cartas fiança.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos no valor de R\$ 917.363 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Abaixo a descrição dos mesmos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,0 vezes - R\$ 70.068;
- Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado sem a controlada Banco Randon S.A.) de no máximo 3,5 vezes - R\$ 783.814;
- Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) maior ou igual à 0,30 - R\$ 63.481;

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 1,2 vezes o EBITDA dos últimos doze meses e o índice Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) foi de 0,39, portanto ambos os índices ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos *covenants* no período.

Fontes de Liquidez adicional

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

Segue abaixo, tabela que expõe a subordinação de garantias relativas aos 3 últimos exercícios:

| GARANTIAS POR AVAIS E FIANÇAS R\$ (mil) | 2019 | 2018 | 2017 |
|--|-------------------|--------------------|--------------------|
| Menos de 1 ano | 34.086.367 | 170.215.403 | 109.827.258 |
| Entre 1 e 3 anos | - | 63.857.014 | 217.482.282 |
| Entre 3 a 5 anos | 26.610.952 | 30.493.337 | - |
| Acima de 5 anos | 1.607.850 | - | 58.730.109 |
| | 62.305.169 | 264.565.755 | 386.039.649 |

As garantias reais, em caso de liquidação da Companhia, terão preferência entre as garantias dadas pela mesma.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Abaixo segue tabela que apresenta a evolução durante os anos de 2019, 2018 e 2017 dos contratos que estavam em vigor, que possuíam limite de crédito aprovado e em fase de desembolso:

| CONSOLIDADO | Em 31 de dezembro de | | |
|-----------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| Financiamentos | 2019 <i>(em R\$ mil)</i> | 2018 <i>(em R\$ mil)</i> | 2017 <i>(em R\$ mil)</i> |
| Contratado | 0 | 55.120 | 55.120 |
| Liberado | 0 | 5.991 | 5.991 |
| Saldo | 0 | 49.129 | 49.129 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Abaixo apresentamos as demonstrações das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, as quais, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também conforme as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP)

A tabela resumo a seguir facilita a compreensão dos dados.

| | 2016 | | 2017 | | 2018 | | 2019 | | Variação 2017 x 2018 | | Variação 2018 x 2019 | |
|---|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|-----------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | R\$ | % ¹ | R\$ | % ¹ | R\$ | % ¹ | R\$ | % ¹ | R\$ | % ² | R\$ | % ² |
| Receita Bruta Total (sem eliminações) | 3,680,156 | 140.3% | 4,215,630 | 143.5% | 6,044,161 | 141.8% | 7,291,686 | 143.2% | 1,828,531 | 43.4% | 1,247,525 | 20.6% |
| Receita Líquida Consolidada | 2,623,976 | 100.0% | 2,936,759 | 100.0% | 4,262,602 | 100.0% | 5,092,365 | 100.0% | 1,325,843 | 45.1% | 829,763 | 19.5% |
| Lucro Bruto Consolidado | 520,907 | 19.9% | 697,004 | 23.7% | 1,012,514 | 23.8% | 1,258,863 | 24.7% | 315,510 | 45.3% | 246,349 | 24.3% |
| Resultado Líquido Consolidado | -67,205 | -2.6% | 46,712 | 1.6% | 151,719 | 3.6% | 247,617 | 4.9% | 105,007 | 224.8% | 95,898 | 63.2% |
| Lucro Operacional Próprio (EBIT) - Consol | 21,386 | 0.8% | 190,946 | 6.5% | 437,490 | 10.3% | 530,958 | 10.4% | 246,544 | 129.1% | 93,468 | 21.4% |
| EBITDA Consolidado | 142,717 | 5.4% | 308,228 | 10.5% | 559,819 | 13.1% | 690,717 | 13.6% | 251,591 | 81.6% | 130,898 | 23.4% |
| Endividamento Financeiro Líquido Consol | 613,529 | 23.4% | 553,265 | 18.8% | 1,100,224 | 25.8% | 867,857 | 17.0% | 546,959 | 98.9% | -232,367 | -21.1% |
| Endividamento Financeiro Líquido Consolidado (sem banco) | 385,574 | 14.7% | 351,946 | 12.0% | 824,945 | 19.4% | 535,499 | 10.5% | 472,999 | 134.4% | -289,446 | -35.1% |
| Resultado Financeiro Líquido Consolidado | -20,305 | -0.8% | -37,002 | -1.3% | -118,275 | -2.8% | -101,315 | -2.0% | -81,273 | 219.6% | 16,960 | -14.3% |
| <i>Receitas Financeiras</i> | 356,035 | 13.6% | 262,296 | 8.9% | 333,726 | 7.8% | 315,395 | 6.2% | 71,430 | 27.2% | -18,331 | -5.5% |
| <i>Despesas Financeiras</i> | -376,340 | -14.3% | -299,298 | -10.2% | -460,200 | -10.8% | -442,944 | -8.7% | -160,902 | 53.8% | 17,256 | -3.7% |
| <i>Correção Monetária (IAS 29)</i> | - | 0.0% | - | 0.0% | 8,199 | 0.2% | 26,234 | 0.5% | 8,199 | - | 18,035 | 220.0% |
| Despesas Administrativas e Comerciais Consolidadas | -457,749 | -17.4% | -480,240 | -16.4% | -608,791 | -14.3% | -702,273 | -13.8% | -128,551 | 26.8% | -93,482 | 15.4% |
| Lucro Consolidado por Ação | -0.19 | 0.0% | 0.14 | 0.0% | 0.44 | 0.0% | 0.72 | 0.0% | 0 | 214.3% | 0.28 | 64.4% |

Legenda:

¹: Variações que representam análise vertical (representatividade sobre receita líquida do período correspondido)

²: Variações que representam análise horizontal (variação de um período para o outro)

Em relação ao exercício de 2019, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

- A Companhia obteve lucro líquido de R\$ 247,6 milhões e margem líquida de 4,9% em 2019, contra lucro líquido de R\$ 151,7 milhões e margem líquida de 3,6% em 2018. O esforço da Companhia ao longo do ano de 2019 e a melhora das condições de mercado permitiu o crescimento da rentabilidade para níveis próximos dos melhores anos históricos, crescendo 63,2% em comparação a 2018. A adoção do IFRS 16, impactou negativamente o resultado líquido em R\$ 5,4 milhões em 2019, sendo 84,3% na divisão autopeças, 15,1% na divisão montadora e 0,6% na divisão serviços.
- EBITDA: Em 2019, o EBITDA Consolidado alcançou R\$ 690,7 milhões ou 13,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2018 havia somado R\$ 559,8 milhões ou 13,1% sobre a receita líquida. O aumento do EBITDA é fruto do crescimento dos volumes e de diversas ações que passam desde a recomposição de preços e melhor aproveitamento fabril, até ao maior controle de gastos e despesas. A Companhia atua fortemente nas duas pontas a fim de obter aumento das margens e garantir melhor retorno aos acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c. Endividamento Líquido: o endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 867,8 milhões no encerramento de 2019, equivalente a um múltiplo de 1,26 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. Ao final de 2018, este endividamento era de R\$ 1,1 bilhão e representava múltiplo de 1,97 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. A redução do endividamento se deve a diminuição da NCG, especialmente nas contas de clientes e impostos a recuperar. O grau de alavancagem também foi reduzido pelo aumento da geração de caixa bruta.
- d. Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 118,3 milhões negativos em 2018, para R\$ 101,3 milhões negativos em 2019. Os dois principais fatores que afetam o resultado financeiro são a variação cambial do período e os juros sobre financiamentos.

Em relação ao exercício de 2018, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

- e. Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 151,7 milhões e margem líquida de 3,6% em 2018, contra lucro líquido de R\$ 46,7 milhões e margem líquida de 1,6% em 2017. O esforço da Companhia ao longo do ano de 2018 para entregar melhores resultados possibilitou o retorno da lucratividade a patamares mais próximos dos níveis históricos, ampliando em mais de R\$ 100 milhões o lucro alcançado em 2017. Nesse contexto, além das medias internas, a reação do mercado automotivo contribuiu de maneira fundamental. Foram produzidos no Brasil 48.702 semirreboques e 105.534 caminhões em 2018, crescimento de 71,8% e 27,1% respectivamente, frente ao ano anterior.
- f. EBITDA: em 2018, o EBITDA Consolidado totalizou R\$ 559,8 milhões ou 13,1% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2017 havia somado R\$ 308,2 milhões ou 10,5% sobre a receita líquida. A expansão em valor absoluto do EBITDA no ano veio de condições de mercado mais favoráveis, que possibilitaram o crescimento das operações da Companhia como um todo. A melhora na margem foi possível através de um amplo esforço de recuperação de preços ao longo dos trimestres e contenção da pressão de custos, que foi um dos principais desafios ao longo do ano;
- g. Endividamento Líquido: o endividamento líquido consolidado da Companhia em 2018 totalizou R\$ 824,9 milhões, um múltiplo de 1,51 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. A variação da dívida líquida em 2018 é explicada, principalmente, pelo aumento da NCG, fruto do aumento dos volumes ao longo do ano. As principais variações foram nas contas de estoques, clientes e impostos a recuperar. Além disso, a dívida líquida também foi afetada pelo desembolso com aquisições de controladas;
- h. Resultado Financeiro: o resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 37,0 milhões negativos em 2017, para R\$ 118,3 milhões negativos em 2018, principalmente em função da variação cambial do período e de juros sobre financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação ao exercício de 2017, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação

a. Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: a melhora nos indicadores econômicos e o aumento nos índices de confiança contribuíram para a volta do consumo e do investimento no país. Uma maior movimentação de mercadorias possibilitou a recuperação dos valores de frete e também uma retomada na renovação de frota de transportadores que, por conta da crise, haviam reduzido seus investimentos. Os volumes de vendas de caminhões e semirreboques voltou a registrar crescimento. A produção de caminhões atingiu 83.044 unidades, crescimento de 37,3% com relação ao ano anterior (60.482), muito em conta pelos fortes volumes de exportações. No mercado interno, o crescimento foi de apenas 2,7%, registrando 51.941 unidades em 2017 contra 50.559 em 2016. Para semirreboques, a produção cresceu 4,4%, atingindo 28.347 unidades (27.161 em 2016) e o licenciamento 24.927, +8% com relação a 2016 (23.075 unidades). Embora o mercado de semirreboques tenha crescido pouco, a Companhia ganhou Market Share, que chegou a 40% em 2017, em comparação a 29,1%, em 2016. Os volumes crescentes contribuíram de maneira importante nos resultados da Companhia, que em conjunto com as ações internas permitiu que a empresa voltasse a registrar lucro no exercício de 2017.

b. Em 2017, o EBITDA Consolidado totalizou R\$ 308,2 milhões ou 10,5% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2016 havia somado R\$ 142,7 milhões ou 5,4% sobre a receita líquida. Com um ambiente de mercado mais favorável e com uma estrutura mais enxuta, o aumento de volumes trouxe uma maior alavancagem operacional, possibilitando a companhia capturar melhores margens, o que contribuiu de maneira importante para o crescimento do EBTDA no último exercício.

c. O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 553,3 milhões no encerramento de 2017, equivalente a um múltiplo de 1,79 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2016, este endividamento era de R\$ 613,5 milhões e representava múltiplo de 4,3 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Em relação ao exercício de 2016, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

a. Lucro Líquido e Lucro Líquido por Ação: Com o aprofundamento da crise econômica no Brasil, o transporte de mercadorias sofreu reduções importantes nos volumes, afetando milhares de transportadores no país. Isso, aliado ao crédito mais caro e a uma frota ociosa parada no pátio das transportadoras, fez com que os volumes de vendas de caminhões e semirreboques atingissem números que não eram vistos há 15 anos. A produção de caminhões fechou em 60.604 unidades (-18,2%) e a venda em 50.562 caminhões (-29,4%) na comparação com o mesmo período de 2015.

As quedas não foram diferentes no setor de semirreboques, cuja produção caiu de 33.056 em 2015 para 27.161 unidades em 2016 (-17,8%). Além da queda de mercado, despesas e custos não recorrentes impactaram a *performance* da companhia e o lucro. No lado positivo de demanda os setores de reposição e de vagões contribuíram positivamente;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. Em 2016, o EBITDA Consolidado totalizou R\$ 142,7 milhões ou 5,4% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2015 havia somado R\$ 161,9 milhões ou 5,2% sobre a receita líquida. Com um ambiente de mercado difícil, as margens permaneceram pressionadas pela dificuldade de reajuste de preço dos produtos e pela redução de volumes. Além disto, ajustes de estrutura foram necessários para adequar a produção à demanda, tornando os gastos com reestruturação bastante significativos neste ano (R\$ 44,7 milhões).

c. O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 613,5 milhões no encerramento de 2016, equivalente a um múltiplo de 4,3 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. No mesmo período de 2015, este endividamento era de R\$ 1,4 bilhão e representava múltiplo de 8,38 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a. Resultados das operações do emissor:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita****Receitas**

| | 2016 | Variação 2016-2017 | 2017 | Variação 2017-2018 | 2018 | Variação 2018-2019 | 2019 |
|---|-----------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|
| Receita Bruta total (sem eliminação entre empresas) | R\$ 3,7 bilhões | 13,51% | R\$ 4,2 bilhões | 43,4% | R\$ 6,0 bilhões | 20,6% | R\$ 7,3 bilhões |
| Receita Líquida Consolidada | R\$ 2,6 bilhões | 11,54% | R\$ 2,9 bilhões | 45,1% | R\$ 4,3 bilhões | 19,5% | R\$ 5,1 bilhões |

Composição da Receita Líquida Consolidada

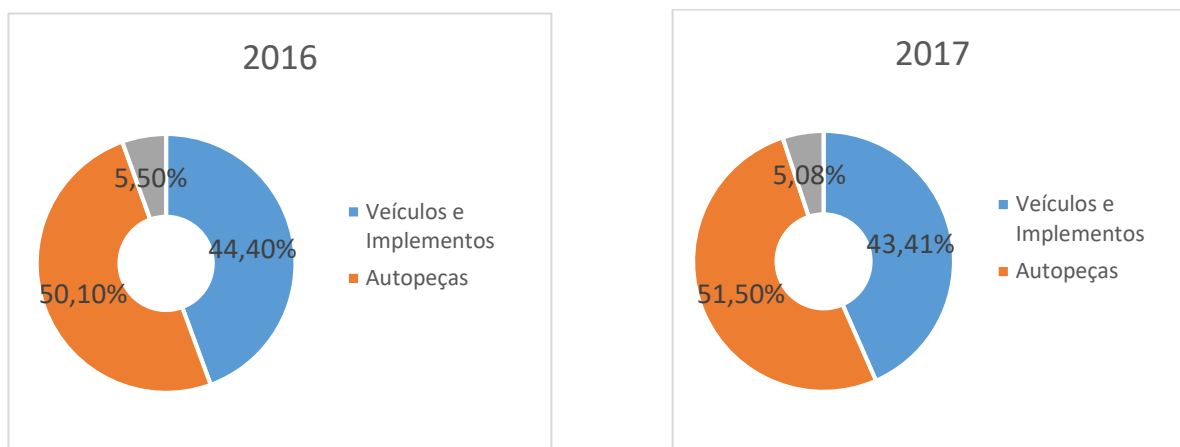
| | JAN-DEZ/2017 | JAN-DEZ/2018 | JAN-DEZ/2019 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Representatividade das vendas entre empresas sobre Receita Líquida Total | 12,85% | 11,10% | 11,50% |

Distribuição da Receita por Segmento (2017/2016)

| | 2017 | | | | 2016 | |
|--|--------------------|----------------------------|-----------------------------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------|
| | RECEITA LÍQUIDA | VENDA ENTRE EMPRESAS | RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA | % S/ RECEITA | RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA | % S/ RECEITA |
| Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora) | 1.225.472 | 96.958 | 1.128.514 | 38,4% | 1.005.208 | 38,3% |
| Randon Impl. p/o Transporte Ltda. | 60.300 | 255 | 60.045 | 2,0% | 81.585 | 3,1% |
| Randon Perú S.A.C. | 80 | - | 80 | 0,0% | - | 0,0% |
| Randon Argentina S.A. | 86.260 | - | 86.260 | 2,9% | 78.160 | 3,0% |
| Escritórios Internacionais | 900 | 900 | - | 0,0% | - | 0,0% |
| VEÍCULOS E IMPLEMENTOS | 1.373.012 | 98.113 | 1.274.899 | 43,4% | 1.164.954 | 44,4% |
| Master Sist. Automotivos Ltda. | 337.732 | 109.260 | 228.472 | 7,8% | 184.529 | 7,0% |
| Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. | 155.047 | 49.494 | 105.553 | 3,6% | 80.159 | 3,1% |
| Fras-Le S.A. (Consolidado) | 832.831 | 30.051 | 802.780 | 27,3% | 799.888 | 30,5% |
| Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys) | 258.812 | 15.332 | 243.481 | 8,3% | 246.595 | 9,4% |
| Castertech Fundação e Tecnologia Ltda | 248.634 | 116.354 | 132.280 | 4,5% | 3.450 | 0,1% |
| AUTOPEÇAS | 1.833.056 | 320.490 | 1.512.566 | 51,5% | 1.314.620 | 50,1% |
| Randon Administradora de Consórcios Ltda. | 120.333 | 115 | 120.217 | 4,1% | 108.290 | 4,1% |
| Randon Investimentos Ltda. | 43.473 | 14.403 | 29.070 | 1,0% | 36.112 | 1,4% |
| Randon Collection | 5 | - | 5 | 0,0% | - | 0,0% |
| SERVIÇOS FINANCEIROS | 163.811 | 14.518 | 149.293 | 5,1% | 144.402 | 5,5% |
| TOTAL | 3.369.879 | 433.121 | 2.936.758 | 100% | 2.623.976 | 100% |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

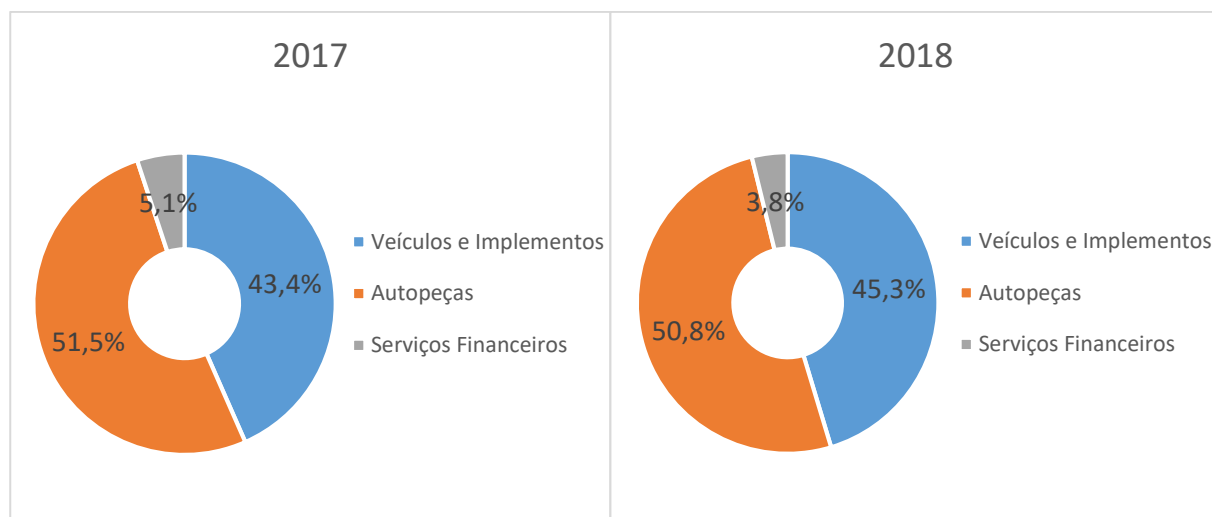
Em 2017, houve aumento da participação do setor de Autopeças, resultado do forte crescimento na produção de caminhões, conforme demonstrado a seguir nos gráficos de participação das receitas por segmento em 2017 e 2016:



Distribuição da Receita por Segmento (2018/2017)

| | 2018 | | | | 2017 | |
|--|------------------|----------------------|-----------------------------|--------------|-----------------------------|--------------|
| | RECEITA LÍQUIDA | VENDA ENTRE EMPRESAS | RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA | % S/ RECEITA | RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA | % S/ RECEITA |
| Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora) | 1.883.569 | 120.777 | 1.762.792 | 41,4% | 1.128.514 | 38,4% |
| Randon Impl. p/o Transporte Ltda. | 65.796 | 284 | 65.512 | 1,5% | 60.045 | 2,0% |
| Randon Veículos Ltda. | 896 | 887 | 9 | 0,0% | - | 0,0% |
| Randon Perú S.A.C. | 6.706 | - | 6.706 | 0,2% | 80 | 0,0% |
| Randon Argentina S.A. | 97.487 | - | 97.487 | 2,3% | 86.260 | 2,9% |
| Escritórios Internacionais | 864 | 864 | - | 0,0% | - | 0,0% |
| VEÍCULOS E IMPLEMENTOS | 2.055.318 | 122.813 | 1.932.505 | 45,3% | 1.274.899 | 43,4% |
| Master Sist. Automotivos Ltda. | 472.908 | 147.600 | 325.308 | 7,6% | 228.472 | 7,8% |
| Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. | 248.080 | 77.543 | 170.537 | 4,0% | 105.553 | 3,6% |
| Fras-Le S.A. (Consolidado) | 1.141.150 | 40.959 | 1.100.191 | 25,8% | 802.780 | 27,3% |
| Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys) | 408.419 | 13.268 | 395.151 | 9,3% | 243.481 | 8,3% |
| Castertech Fundação e Tecnologia Ltda | 351.383 | 175.952 | 175.431 | 4,1% | 132.280 | 4,5% |
| AUTOPEÇAS | 2.621.939 | 455.323 | 2.166.616 | 50,8% | 1.512.566 | 51,5% |
| Randon Administradora de Consórcios Ltda. | 138.264 | 430 | 137.834 | 3,2% | 120.217 | 4,1% |
| Randon Investimentos Ltda. | 40.702 | 15.074 | 25.628 | 0,6% | 29.070 | 1,0% |
| Randon Collection Com. Art. Promocionais Ltda. | 163 | 144 | 20 | 0,0% | 5 | 0,0% |
| SERVIÇOS FINANCEIROS | 179.129 | 15.648 | 163.481 | 3,8% | 149.293 | 5,1% |
| TOTAL | 4.856.386 | 593.784 | 4.262.602 | 100% | 2.936.758 | 100% |

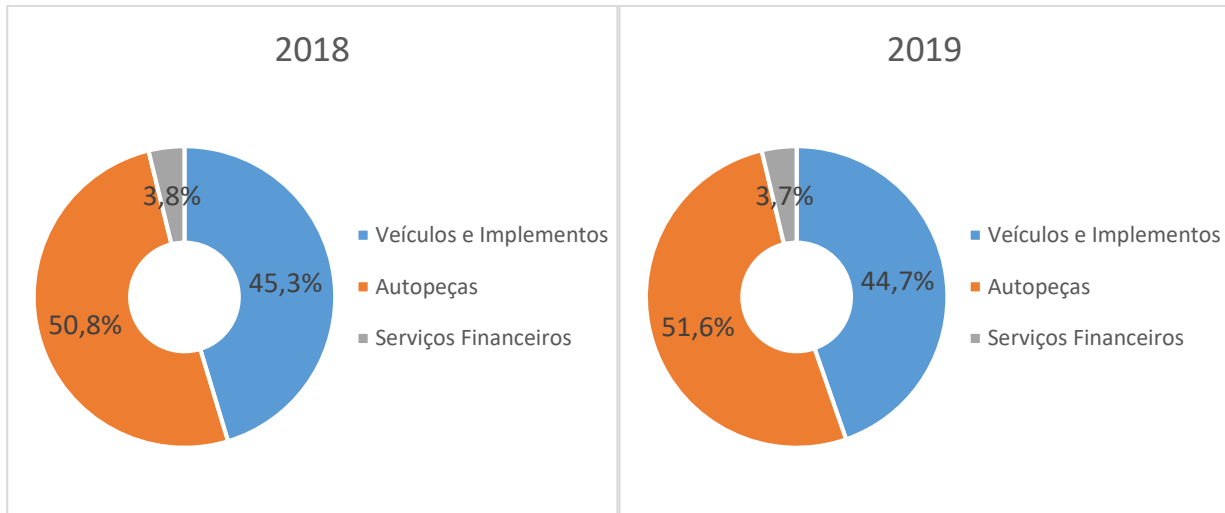
Em 2018, houve aumento da participação do setor de Veículos e Implementos, reflexo do forte crescimento na produção de semirreboques no país, conforme demonstrado a seguir nos gráficos de participação das receitas por segmento em 2018 e 2017:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Distribuição da Receita por Segmento (2019/2018)**

| | 2019 | | | | 2018 | |
|---|------------------|----------------------|-----------------------------|---------------|-----------------------------|---------------|
| | RECEITA LÍQUIDA | VENDA ENTRE EMPRESAS | RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA | % S/ RECEITA | RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA | % S/ RECEITA |
| Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora) | 2,239,657 | 129,204 | 2,110,453 | 41.4% | 1,762,792 | 41.4% |
| Randon Impl. p/o Transporte Ltda. | 56,419 | 98 | 56,321 | 1.1% | 65,512 | 1.5% |
| Randon Veículos Ltda. | 67,163 | 35,871 | 31,292 | 0.6% | 8 | 0.0% |
| Randon Tritel-HT Implementos Rodoviários Ltda. | 20,893 | 649 | 20,244 | 0.4% | - | 0.0% |
| Randon Perú S.A.C. | 12,084 | - | 12,084 | 0.2% | 6,706 | 0.0% |
| Randon Argentina S.A. | 72,520 | 27,622 | 44,897 | 0.9% | 97,487 | 2.3% |
| Escritórios Internacionais | 236 | 236 | - | 0.0% | - | 0.0% |
| Veículos e Implementos | 2,468,971 | 193,679 | 2,275,291 | 44.7% | 1,932,505 | 45.3% |
| Master Sist. Automotivos Ltda. | 586,049 | 171,370 | 414,678 | 8.1% | 325,307 | 7.6% |
| Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. | 286,797 | 97,910 | 188,887 | 3.7% | 170,537 | 4.0% |
| Fras-Le S.A. (Consolidado) | 1,365,509 | 42,280 | 1,323,229 | 26.0% | 1,100,190 | 25.8% |
| Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys) | 510,885 | 5,558 | 505,326 | 9.9% | 395,151 | 9.3% |
| Castertech Fundação e Tecnologia Ltda | 400,958 | 206,327 | 194,631 | 3.8% | 175,431 | 4.1% |
| Autopeças | 3,150,197 | 523,445 | 2,626,752 | 51.6% | 2,166,616 | 50.8% |
| Randon Administradora de Consórcios Ltda. | 157,640 | 1,059 | 156,582 | 3.1% | 137,834 | 3.2% |
| Randon Investimentos Ltda. | 51,640 | 17,956 | 33,684 | 0.7% | 25,628 | 0.6% |
| Randon Collection Com. Art. Promocionais Ltda. | 210 | 154 | 56 | 0.0% | 18 | 0.0% |
| Serviços Financeiros | 209,490 | 19,169 | 190,321 | 3.7% | 163,481 | 3.8% |
| TOTAL | 5,828,658 | 736,293 | 5,092,365 | 100.0% | 4,262,602 | 100.0% |
| Valores em R\$ Mil | | | | | | |

Em 2019, houve aumento da participação do setor Autopeças, reflexo das receitas oriundas da adquirida Fremax, controlada indireta da Companhia, a qual foi consolidada em sua integralidade em 2019, fato que não havia ocorrido em 2018. Abaixo estão os gráficos de participação das receitas por segmento em 2019 e 2018:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da empresa é afetado por diversos fatores, dentre os quais estão 3 principais: Demanda de Mercado, Custos e Despesas Operacionais.

Demanda de Mercado

A Companhia atua globalmente e está inserida em diversos mercados, diversificando em bens de capital, autopeças e serviços financeiros. A atuação se dá no fornecimento ao cliente final e na reposição, principalmente no mercado nacional, mas também no mercado externo.

Mudanças no cenário econômico que afetam o segmento da indústria na qual a empresa está inserida afetam materialmente os volumes de produção, que seguem as oscilações de variáveis como PIB, consumo e transporte, tanto positiva quanto negativamente.

Custos

Os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela dinâmica de custos em que a inflação e o nível de demanda de produção para diluição de custos fixos são os fatores que mais afetam este indicador.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais também têm profunda influência no resultado operacional da Companhia, já que atendem por um gama importante de fatores. Alterações no quadro de funcionários, reestruturação, provisões, contratos, dentre outros, são fatores que podem impactar as despesas operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em síntese as principais rubricas que influenciaram os resultados dos 3 últimos exercícios sociais foram:

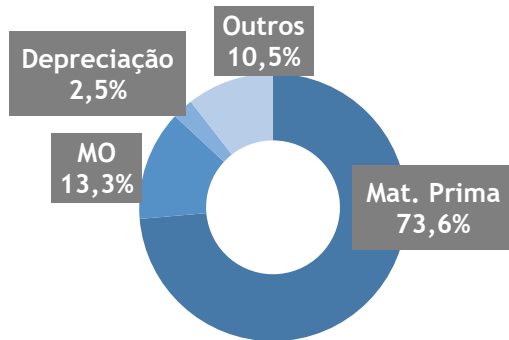
2019

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 75,3% da receita líquida consolidada ou R\$ 3,8 bilhões (no exercício de 2019) contra R\$ 3,3 bilhões referentes a 2018 e que representou 76,2% da receita líquida.

A redução de 1,1 ponto percentual no CPV sobre a receita líquida demonstra um trabalho contínuo de controle da inflação de custos. Os reajustes de preços de insumos e serviços adquiridos dos fornecedores são avaliados sistematicamente pelo departamento de compras corporativas, e diversas iniciativas são tomadas para garantir que permaneçam sob controle.

A seguir, gráfico que expõe a distribuição do CPV em 2019:

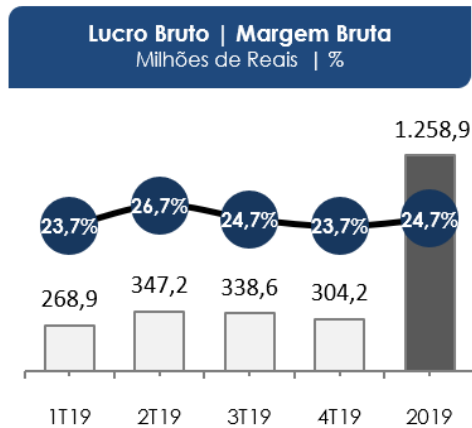


Lucro Bruto

A melhora no resultado do CPV aliada a ampliação de receitas com crescimento marginal das margens, contribuiu para a melhora do lucro bruto, que somou R\$ 1,3 bilhão no acumulado de 2019 e representou 24,7% da receita líquida consolidada, com aumento de 24,3%, em relação ao ano de 2018, quando o lucro bruto totalizou R\$ 1,0 bilhão ou 23,8% da receita líquida consolidada.

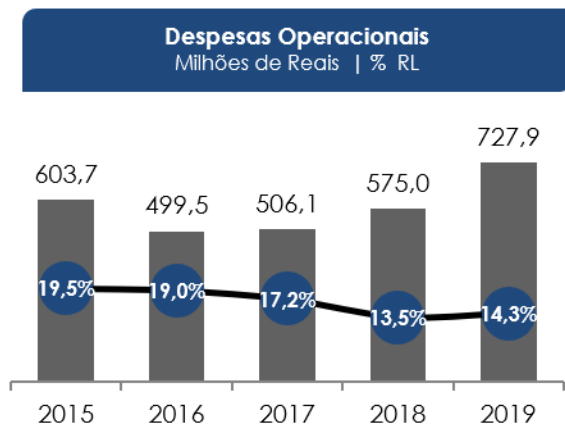
No gráfico abaixo, pode-se observar o desempenho do lucro bruto e da margem bruta em 2019, comparando-o com os anos anteriores:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



Despesas Operacionais (Administrativas / Comerciais / Outras)

As despesas operacionais em 2019 representaram 14,3% da receita líquida consolidada contra 13,5% no ano de 2018, somando R\$ 727,9 milhões (R\$ 575,0 milhões em 2018). A variação é explicada principalmente pela contabilização da compra vantajosa da controlada indireta, JURID, que somou R\$ 52,5 milhões em 2018, pela extinção dos benefícios REINTEGRA e desoneração da folha de pagamento.



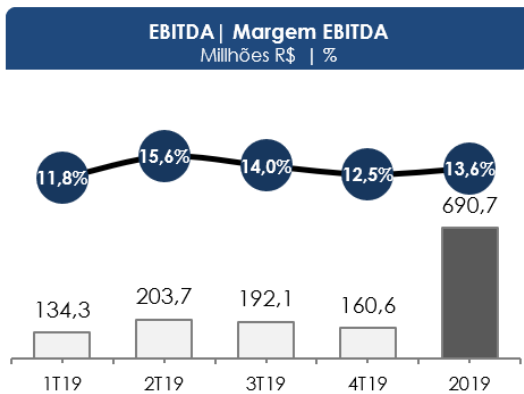
Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

Em 2019, o EBITDA Consolidado alcançou R\$ 690,7 milhões ou 13,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2018 havia somado R\$ 559,8 milhões ou 13,1% sobre a receita líquida.

O aumento do EBITDA é fruto do crescimento dos volumes e de diversas ações que passam desde a recomposição de preços e melhor aproveitamento fabril, até ao maior controle de gastos e despesas. A Companhia atua fortemente nas duas pontas a fim de obter aumento das margens e garantir melhor retorno aos acionistas.

Cabe destacar ainda que em 2019, o EBITDA foi impactado por fatores não recorrentes, que prejudicaram o indicador em R\$ 38,4 milhões. Dentre os fatores estão: hedge accounting, provisões diversas, ganhos com processos tributários, despesas de M&A, dentre outros. A seguir está o comportamento do EBITDA ao longo do ano e o realizado em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



Resultado Financeiro

b. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A dinâmica da inflação, das taxas de juros e do câmbio impactam o resultado financeiro e o tamanho da dívida da Companhia, que podem agir de maneiras distintas a depender da ótica analisada e do momento de mercado enfrentado pela Companhia. A inflação tem reflexo em salários e materiais de uso e consumo, além das matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação que de uma forma ou outra estão atreladas às oscilações da taxa de inflação do país. A empresa entende que o processo de aumento da inflação tem impacto geralmente negativo, pois incorre no aumento de despesas e custos, o que, em última análise, afeta o resultado da Companhia, já que nem sempre o valor é repassado integralmente ao cliente final.

Já a taxa de juros impacta no nível de vendas (juros mais altos são menos atrativos) e no resultado financeiro, já que parcela significativa do caixa da empresa e também da dívida estão atreladas a este indicador. Com tivemos um ambiente de queda de juros em 2019, principalmente em função da taxa SELIC, tanto os juros de financiamentos para nossos clientes quanto nosso custo da dívida, sofreram redução, o que é benéfico para os negócios e para o resultado.

Com relação ao câmbio, a Companhia mantém uma posição positiva em moeda estrangeira, dado que exporta mais que importa. Mesmo com um câmbio favorável para as exportações, a situação no mercado externo não permitiu crescimento relevante das receitas de exportação, mais receitas do exterior. Falando sobre as exportações a partir das plantas brasileiras, no exercício de 2019, totalizaram US\$ 178,6 milhões, redução de 2,0% sobre o mesmo período de 2018 (US\$ 182,3 milhões). As exportações das Empresas Randon representaram 13,3% da receita líquida consolidada dos doze meses de 2019, contra 15,7% no exercício anterior.

A redução se refere principalmente às vendas para o mercado argentino, que era um dos principais destinos das exportações tanto de semirreboques quanto de autopeças. Com a baixa demanda por conta do complexo cenário enfrentado pelo país, o bloco econômico Mercosul + Chile, passou a Fatores como crises político-econômicas enfrentadas por países sul americanos, como Chile e Venezuela, baixo preço de commodities, disputa comercial entre China e EUA e estagnação da economia europeia, também afetaram as exportações da Companhia. Como pontos positivos, em 2019, há a recuperação das vendas para o continente africano e o aumento das vendas de freios para os EUA.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Exercício de 2019

Em 16 de abril de 2019, a Companhia, celebrou contrato de *Joint Venture* com a Triel-HT Industrial e Participações S.A., para a criação de uma sociedade em comum, denominada Randon Triel-HT Implementos Rodoviários Ltda., com endereço na Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul. O aporte inicial das duas sócias na Randon Triel-HT, foi de R\$ 16.400.000,00, cabendo o controle do negócio à Companhia, que detêm participação societária correspondente a 51% do capital social. O objetivo da *Joint Venture* é o de combinar as forças da Companhia e da Triel-HT, para formação de uma parceria estratégica, visando ampliar a presença e melhor servir os clientes nos mercados doméstico e internacional no segmento de implementos rodoviários.

Em 6 de junho de 2019, a Companhia comunicou a constituição da subsidiária no segmento de sua filial Suspensys, localizada no México, região metropolitana de Monterrey, com denominação de Suspensys Automotive Systems S. de R. L. de C. V., para atuar no ramo de autopeças, especialmente na fabricação, montagem e comercialização de suspensões, eixos e componentes destinados a indústria de veículos comerciais, ônibus, caminhões, trens, reboques e semirreboques e afins. Esse movimento tem como objetivo atender as demandas dos nossos clientes globais e tem investimento inicial de US\$ 2 milhões.

Em 12 de novembro de 2019, por meio de Comunicado ao Mercado, a Companhia divulgou a celebração do contrato de compra e venda, por meio da controlada Master Sistemas Automotivos, da totalidade de quotas do capital da social da Ferrari Indústria Metalúrgica Ltda., pelo preço de R\$ 14 milhões, de acordo com as premissas contratadas. O objetivo da aquisição é integrar parte do processo de manufatura de peças de alumínio, com vistas a proporcionar maior competitividade nas linhas de produtos fabricados por aquela Controlada.

Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, a intenção de compra, por intermédio da controlada Fras-le S/A, da totalidade das ações representativas do capital social da Nakata Automotiva S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Osasco (SP) e atuação no segmento automotivo. O preço estimado de aquisição é de R\$ 457 milhões, estando o valor final sujeito a ajustes, conforme previsto no contrato de venda e compra, e o Fechamento ocorrerá após cumpridas as condições precedentes, dentre elas a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e dos demais órgãos de defesa da concorrência em outras jurisdições que for aplicável e, ainda, a aprovação pelos acionistas da Fras-le, em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 256 da LSA, por constituir investimento relevante, nos termos do art. 247 da mesma Lei. Com a concretização do negócio, as Empresas Randon, por meio da Fras-le, objetivam reforçar sua atuação no segmento de reposição de autopeças, devido ao aumento do portfólio de produtos daquela controlada, o que representa um diferencial competitivo nesse mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Exercício de 2018

Em dezembro de 2017, a controlada direta da Companhia, a Fras-le S.A., celebrou fechamento de negócio de compra do grupo Armetal Autopartes S.A.. Em 01 de março de 2018, foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15. Para essa avaliação, foi considerada a data-base de 30 de novembro de 2017, data do último balanço levantado pelas adquiridas antes da data de aquisição. O principal objetivo da Companhia com o negócio foi reforçar sua atuação global, aumentar o portfólio de produtos, expandir sua participação no mercado de distribuição de autopeças e ampliar sua capacidade produtiva. O preço de compra desta aquisição foi de R\$ 97,5 milhões, sendo R\$ 87,5 milhões pagos em caixa, dos quais R\$ 4,4 milhões foram pagos em 2017 e o restante pago em 2018.

Em janeiro de 2018, a Companhia divulgou fato relevante informando acordo de associação com a Federal Mogul VCS Holding BV, no qual foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação da sociedade adquirida, correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda., com sede em Sorocaba – São Paulo. Nesta mesma data, a controlada direta da Companhia, Fras-le S.A., assumiu efetivamente o controle da Jurid. Este negócio tem por objetivo principal o reforço de atuação da Companhia na fabricação e distribuição de produtos de freio *premium* para fabricantes de veículos de equipamentos originais e clientes de pós-venda nos mercados de veículos leves no Brasil e em toda a América do Sul. O laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos através desta aquisição foi concluído em dezembro de 2018, para alocação do pagamento e apuração final da compra vantajosa, em conformidade com normas contábeis CPC 15. Para essa avaliação foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2017. A transação para aquisição da participação correspondente a 80,1% das quotas representativas do capital social da Jurid não envolveu desembolso financeiro.

Conforme fato relevante divulgado em outubro de 2018, as condições precedentes ao fechamento relativo à compra das ações representativas da totalidade do capital social da Jofund S.A. (Fremax Sistemas Automotivos Eireli) foram atendidas e foram firmados todos os documentos necessários para a transferência da participação societária adquirida, com sede em Joinville, SC. Naquela data, a controlada indireta Fras-le assumiu efetivamente o controle da Jofund. A adquirida possui uma unidade no Brasil, e negócios de distribuição no exterior por meio da Eurobrakes (Holanda) e da Euro Expo (Argentina). O principal objetivo da Companhia com este negócio é a ampliação do portfólio de produtos e busca de sua consolidação na posição de liderança de mercado neste segmento no Brasil, reforçando seu mix de produtos para oferta global. A aquisição buscou criar condições favoráveis para prosseguimento da trajetória de crescimento da Companhia, através da sinergia entre os negócios de disco de freios e pastilhas. O laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos nesta aquisição foi concluído em 31 de janeiro de 2019, para alocação do pagamento e apuração final do ágio em conformidade com as normas contábeis CPC 15. Para essa avaliação, foi considerada a data-base de 30 de setembro de 2018, data do último balanço levantado pelas adquiridas. O preço pago nesta aquisição foi de R\$ 180,3 milhões, sendo R\$ 162,3 milhões pagos em caixa, e, R\$ 18,0 milhões retidos pelo prazo de até 8 anos a partir da data de aquisição.

Exercício de 2017

No exercício social de 2017, conforme Fato Relevante divulgado em 20 de junho, a Companhia celebrou

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Acordo de Associação ("Joint Venture") com a Comercial Epysa Peru S.A.C. e sua controladora no Chile Comercial Epysa S.A. ("Epysa"), para a criação de uma sociedade em comum, denominada Randon Perú S.A.C. ("Randon Peru"), a ser instalada na Cidade de Lima, Peru. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada naquela data. O aporte inicial das duas sócias na Randon Peru será equivalente a US\$1.500.000,00 e poderá, a partir do terceiro ano, chegar a US\$3.000.000,00, cabendo o controle do negócio à Companhia, que deterá participação societária correspondente a 51% do capital social. A participação remanescente, de 49% do capital social, será de titularidade da Comercial Epysa Peru S.A.C., subsidiária da chilena Comercial Epysa S.A. A Joint Venture atuará no mercado do Peru e terá como propósito a fabricação, a montagem e a venda de reboques e semirreboques da marca Randon, através da junção do know-how tecnológico da Companhia com a experiência comercial da Epysa, parceira há mais de 35 anos como distribuidor Randon no Chile, e vem ao encontro com a estratégia da Companhia, de desenvolver novos mercados internacionais.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

CPC 47/IFRS 15

Em 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15. Ele orienta que a receita de contrato com clientes seja reconhecida quando o controle de bens e serviços for transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia esperar ter direito em troca destes bens e serviços. Normalmente este reconhecimento de receita ocorre na entrega do produto ou serviço, e a Companhia considera se existem outras promessas de contrato que são obrigações de performance distintas, para as quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada, a exemplo disto temos as garantias. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas de reconhecimento de receita proveniente de contrato com clientes que são: contraprestação variável, componente de financiamento significativo, garantias, programa de incentivos de vendas e contas a receber de clientes.

CPC 48/IFRS 9

A norma IAS 39/CPC 38 foi substituída, desde 1º de janeiro de 2018, pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

As principais mudanças ocorridas com essa substituição foram:

1. Classificação e mensuração de ativos financeiros: os instrumentos de dívida são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
2. Redução do valor recuperável (substituição de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”: as perdas de créditos esperadas são registradas em todos os títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.
3. Contabilidade de *hedge*.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- Possua arrendamentos de ativos de baixo valor ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia realizou a revisão dos contratos de arrendamento em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16 (CPC 06 (R2)). A norma afeta, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. A Companhia considerou no reconhecimento inicial as isenções da norma. A Companhia aplicou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) inicialmente em 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Foi utilizado o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, ou seja, não serão considerados contratos de arrendamento anteriores a 1º de janeiro de 2019, de curto prazo ou de baixo valor. A abordagem definida pela Companhia não exige a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

reapresentação dos valores e não impacta o patrimônio líquido e o cálculo de distribuição dos juros sobre capital próprio do exercício anterior, além de possibilitar a utilização dos expedientes práticos.

A Companhia possui arrendamentos de terrenos, prédios, máquinas, equipamentos e veículos utilizados para a operação. A mensuração dos contratos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, sendo consideradas as renovatórias de acordo com o histórico de renovações e quando identificamos a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto, baseada na taxa média de captação de empréstimos da Companhia. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes e não considerar os custos diretos iniciais.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que a Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. A entidade deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**CPC 47/IFRS 15

A Companhia analisou seus processos relativos ao CPC 47/IFRS 15 e não foram identificados contratos que impactem significativamente suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 48/IFRS 9

Os requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 não tiveram impacto significativo na Companhia.

A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Controladora*(Em milhares de Reais)*

| | 31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38 | | 1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48 | |
|--|---|-----------------------------------|--|-----------------------------------|
| | Empréstimos e recebíveis | Valor justo por meio do Resultado | Custo amortizado/ Análise Perda Esperada | Valor justo por meio do Resultado |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 8.458 | | 8.458 |
| Aplicações de Liquidez imediata | | 569.818 | | 569.818 |
| Clientes | 165.945 | - | 165.945 | - |
| Clientes Empresas Ligadas | 13.022 | - | 13.022 | - |
| Aplicações de Liquidez não imediata (CP) | - | 373.927 | 51.157 | 322.770 |
| Aplicações de Liquidez não imediata (LP) | - | 135.251 | 116.132 | 19.119 |
| Outros Direitos Realizáveis | 504 | - | 504 | - |
| Consórcios para revenda | 29.210 | - | - | 29.210 |
| Total | 208.681 | 1.087.454 | 346.760 | 949.375 |

Consolidado

| | 31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38 | | 1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48 | |
|--|---|-----------------------------------|--|-----------------------------------|
| | Empréstimos e recebíveis | Valor justo por meio do Resultado | Custo amortizado/ Análise Perda Esperada | Valor justo por meio do Resultado |
| Ativos financeiros | | | | |
| Aplicações de Liquidez imediata | - | 952.613 | - | 952.613 |
| Clientes | 569.139 | - | 569.139 | - |
| Clientes Empresas Ligadas | - | - | - | - |
| Aplicações de Liquidez não imediata (CP) | - | 650.698 | - | 650.698 |
| Aplicações de Liquidez não imediata (LP) | - | - | - | - |
| Outros Direitos Realizáveis | 6.986 | - | 6.986 | - |
| Consórcios para revenda | 65.032 | - | - | 65.032 |
| Clientes - Operações de crédito LP | 65.682 | - | 65.682 | - |
| Total | 706.839 | 1.603.311 | 641.807 | 1.668.343 |

A Companhia avaliou seu modelo atual de provisão de perdas com devedores duvidosos, e constatou que a alteração da norma não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O impacto da adoção inicial do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019 está apresentado abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------|----------------|
| | 01/01/2019 | 01/01/2019 |
| Ativo | 35.097 | 112.736 |
| Realizável a longo prazo | | |
| Ativos de direito de uso de arrendamento | 35.097 | 112.736 |
| Passivo | 35.097 | 112.736 |
| Circulante | | |
| Passivos de arrendamento | 6.242 | 16.355 |
| Não circulante | | |
| Passivos de arrendamento | 28.855 | 96.381 |

A composição e movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está abaixo apresentada:

| | Controladora | | | |
|----------------------------------|--|---------------------------------------|-----------------------------|---------------|
| | Direitos de uso de máquinas e equipamentos | Direitos de uso de prédios e terrenos | Direitos de uso de veículos | Total |
| Em 1º de janeiro de 2019 | 23.896 | 10.755 | 446 | 35.097 |
| Adições | 2.933 | 24 | 1 | 2.958 |
| Baixas | (2.213) | (4.628) | (30) | (6.871) |
| Depreciações | (4.901) | (897) | (205) | (6.003) |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 19.715 | 5.254 | 212 | 25.181 |

| | Consolidado | | | |
|----------------------------------|--|---------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| | Direitos de uso de máquinas e equipamentos | Direitos de uso de prédios e terrenos | Direitos de uso de veículos | Total |
| Em 1º de janeiro de 2019 | 48.740 | 62.460 | 1.536 | 112.736 |
| Adições | 37.647 | 20.469 | 457 | 58.573 |
| Baixas | (16.133) | (3.804) | (119) | (20.056) |
| Efeito de hiperinflação | 1.438 | - | - | 1.438 |
| Depreciações | (10.920) | (7.477) | (957) | (19.354) |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 60.772 | 71.648 | 917 | 133.337 |

A movimentação dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 está abaixo apresentada:

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------|----------------|
| Em 1º de janeiro de 2019 | 35.097 | 112.736 |
| Adições | 2.958 | 55.799 |
| Baixas | (7.503) | (20.732) |
| Ajuste a valor presente de arrendamentos | 1.988 | 8.434 |
| Pagamentos | (7.060) | (22.367) |
| Variação cambial | - | (678) |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 25.480 | 133.192 |
| Circulante | 5.454 | 17.860 |
| Não circulante | 20.026 | 115.332 |

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos dos passivos de arrendamento, por vencimento é a seguinte:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

| Vencimentos | Controladora | Consolidado |
|--------------------|---------------------|--------------------|
| | 2019 | 2019 |
| 2020 | 5.454 | 17.549 |
| 2021 | 5.572 | 15.152 |
| 2022 | 5.651 | 14.862 |
| 2023 e após | 8.803 | 85.629 |
| Total | 25.480 | 133.192 |

Os valores reconhecidos no resultado do período decorrentes da aplicação da norma estão apresentados nas notas explicativas 25 Despesas por natureza e 27 Resultado financeiro.

Os valores apresentados na nota de despesas por natureza como despesas de aluguel são despesas de arrendamento classificadas como isenções da norma. A Companhia não possui contratos de subarrendamento e transações de retroarrendamento.

Conforme orientações do ofício CVM 02/19, a Companhia realizou cálculo dos fluxos de caixa futuros com base em taxa nominal para fins de avaliação dos usuários caso tivesse adotado a taxa nominal no balanço. Em 31 de dezembro de 2019, os impactos de depreciação no resultado da Companhia seriam de R\$ 7.767 na controladora e R\$ 23.987 no consolidado. Os juros decorrentes de arrendamentos na controladora e consolidado seriam de R\$ 699 e R\$ 4.306 respectivamente.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis consideradas críticas pela Companhia e que possam resultar em ajuste relevante em seu resultado, e que envolvem risco significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir:

Impostos:

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 22.

Plano de pensão e benefício pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, consulte Nota explicativa 12.

Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Impairment de ativos não financeiros:

É revisado anualmente o valor recuperável dos ativos, pela Administração, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de outubro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Receita de contrato com o cliente:

A Companhia aplicou julgamentos sobre as receitas de contrato com o cliente em relação à determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita com cliente na nota explicativa 24.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia.

A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento:

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data de reporte.

Evidenciação de economia altamente hiperinflacionária

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, qual seja, o parágrafo 3 do CPC 42/IAS 29, não prevê o uso de um índice específico de preços, mas permite que seja usado julgamento na definição de índice de preços quando a correção monetária das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados nas informações emitidas pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina): IPIM - Índice de Precios Internos al por Mayor e IPC - Índice de precios al consumidor.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Exercício de 2019

Em 2019 os investimentos orgânicos somaram R\$ 218,1 milhões no consolidado (R\$ 137,4 milhões em 2018). Estes valores foram investidos majoritariamente em manutenção, expansão e aumento de produtividade.

No decorrer do exercício também foram feitos investimentos em controladas, que somaram R\$ 19,7 milhões ao final de 2019. Deste montante, R\$ 8,2 milhões referem-se à constituição da Suspensys México e R\$ 8,3 milhões na Randon Triel-HT.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2019:

| AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2019 | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|---------------|---------------|--------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|-------------|---------------|----------------------|----------------|
| IMOBILIZADO - (Reais Mil) | Randon | Fras-le | Master | Jost | Randon Consórcio | Randon Argentina | Randon Triel-HT | Randon Veículos | Randon Perú | Castertech | Randon Investimentos | Total |
| Máquinas | 28.658 | 17.659 | 3.632 | 5.344 | 144 | 553 | 2.997 | 303 | 41 | 8.899 | - | 68.230 |
| Prédios | 11.017 | 348 | 63 | 1.939 | 17 | 230 | - | - | - | 112 | - | 13.726 |
| Veículos | 291 | 608 | - | - | - | - | 222 | - | - | 61 | - | 1.182 |
| Móveis e Utensílios | 1.095 | 660 | 47 | 301 | - | 417 | 7 | 5 | - | 534 | 2 | 3.068 |
| Informática | 3.546 | 563 | 154 | 97 | - | - | 141 | 49 | 13 | 406 | 21 | 4.990 |
| Intangível e Outros | 44.340 | 63.354 | 8.599 | 180 | 817 | - | 755 | 25 | - | 6.129 | 2.706 | 126.905 |
| SUBTOTAL: | 88.947 | 83.192 | 12.495 | 7.861 | 978 | 1.200 | 4.122 | 382 | 54 | 16.141 | 2.729 | 218.101 |
| INVESTIMENTOS¹ | 11.490 | - | - | - | 2 | - | - | - | - | 8.212 | - | 19.704 |
| TOTAL | 100.437 | 83.192 | 12.495 | 7.861 | 980 | 1.200 | 4.122 | 382 | 54 | 24.353 | 2.729 | 237.805 |

¹ Ações ou quotas de empresas.

Exercício de 2018

Em 2018 os investimentos consolidados somaram R\$ 335,1 milhões (R\$ 216,0 milhões em 2017). Deste total, R\$ 137,4 milhões foram investimentos na manutenção e ampliação fabril. Com a retomada dos volumes e o aumento da ocupação das fábricas, foi necessário um maior volume de investimentos para assegurar o bom funcionamento das operações e aproveitar o momento positivo de mercado.

O restante, R\$ 197,6 milhões, foram investidos na aquisição de novas controladas (R\$ 162,3 milhões referentes à Fremax, R\$ 0,9 milhão na Randon Perú e R\$ 34,4 milhões na constituição da ASK Fras-le).

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2018:

| AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2018 | | | | | | | | | | | |
|---|---------------|----------------|--------------|--------------|------------|------------|-----------------|-------------|---------------|------------------|----------------|
| IMOBILIZADO - (Reais Mil) | Randon | Fras-le | Master | Jost | Consórcios | Argentina | Randon Veículos | Randon Perú | Castertech | Randon Investim. | Total |
| Máquinas | 20.016 | 21.704 | 2.090 | 2.484 | - | 256 | 165 | 223 | 2.198 | - | 49.136 |
| Prédios | 9.788 | 523 | 690 | 180 | - | 145 | - | 235 | 206 | - | 11.767 |
| Veículos | 1.852 | 263 | 2 | - | - | - | - | 135 | 222 | - | 2.474 |
| Móveis e Utensílios | 1.368 | 820 | 125 | 211 | 13 | 4 | - | - | 241 | 9 | 2.791 |
| Informática | 2.002 | 1.794 | 253 | 102 | 59 | - | - | - | 95 | 54 | 4.359 |
| Outros / Intangível | 17.849 | 55.052 | 5.757 | 993 | 195 | - | - | - | 17.864 | 30 | 97.740 |
| TOTAL: | 52.875 | 80.156 | 8.917 | 3.970 | 267 | 405 | 165 | 593 | 20.826 | 93 | 168.267 |
| INVESTIMENTOS (*) | 930 | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 3.572 | 4.503 |
| Aquisição Fremax | - | 162.287 | - | - | - | - | - | - | - | - | 162.287 |
| TOTAL GERAL | 53.805 | 242.443 | 8.917 | 3.970 | 268 | 405 | 165 | 593 | 20.826 | 3.665 | 335.057 |

(*) Ações ou cotas de outras empresas, incentivos etc.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**Exercício de 2017**

Do total investido em 2017, R\$ 130, 6 milhões se destinaram às operações da empresa. Com o aumento de volumes de produção e vendas ao longo do ano, as plantas industriais exigiram maior nível de manutenção, reposição de equipamentos e investimentos em automação, além de expansão de capacidade, com a conclusão da planta fabril da Randon Implementos em Araraquara, São Paulo.

Os demais R\$ 85,4 milhões estão relacionados a aquisição de novas empresas, que tem por objetivo o aumento do portfólio de produtos da Companhia, atender ao mercado externo e, principalmente, o segmento de reposição e pós-vendas.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2017:

| IMOBILIZADO - (Reais Mil) | Randon | Fras-le | Master | Jost | Consórcio | Argentina | Randon SP | Randon Perú | Castertech | Randon Investim. | Total |
|--|---------------|----------------|---------------|--------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|-------------------|-------------------------|----------------|
| Máquinas | 10.775 | 5.720 | 1.268 | 2.263 | - | 198 | - | 316 | 960 | - | 21.500 |
| Prédios | 17.497 | 70 | - | 950 | - | 393 | - | 1.092 | 330 | - | 20.332 |
| Veículos | 166 | - | 7 | - | - | - | - | - | - | - | 173 |
| Móveis e Utensílios | 770 | 474 | 52 | 165 | 23 | 8 | - | 66 | 6 | - | 1.564 |
| Informática | 240 | 612 | 105 | 60 | 173 | 24 | 1 | 21 | 60 | 39 | 1.335 |
| Outros / Intangível | 35.356 | 38.083 | 3.079 | 488 | - | - | - | - | 6.781 | - | 83.787 |
| TOTAL: | 64.804 | 44.959 | 4.511 | 3.926 | 196 | 623 | 1 | 1.495 | 8.137 | 39 | 128.691 |
| INVESTIMENTOS (*) (Reais Mil) | 1.920 | 85.428 | - | - | 2 | - | - | - | - | - | 87.350 |
| TOTAL GERAL (Reais Mil) | 66.724 | 130.387 | 4.511 | 3.926 | 198 | 623 | 1 | 1.495 | 8.137 | 39 | 216.041 |

(*) Ações ou cotas outras empresas, etc.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa da Companhia, o BNDES, o FINEP, Debêntures, Notas Promissórias e Bancos conforme já demonstrado anteriormente.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Exercício de 2019

A Companhia informa que no ano de 2019 não ocorreram aquisições que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Exercício de 2018

A Companhia informa que no ano de 2018 não ocorreram aquisições que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Exercício de 2017

A Companhia informa que no ano de 2017 não ocorreram aquisições que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os fatores relevantes foram mencionados nos itens anteriores.